O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 01/12/2022 - 06:00

Bolsonaro suspende orçamento secreto após acordo entre Lira e Lula

Bolsonaro manda suspender orçamento secreto após Lula fechar apoio a Lira

Presidente ordena que governo federal não pague mais emendas do relator; líderes no Congresso reagem e preparam manobras para liberar verbas e negociar com petista

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro mandou suspender o pagamento das emendas do orçamento secreto após seus aliados no Congresso fecharem alianças com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A ordem no Palácio do Planalto é não pagar mais nada neste ano. Na prática, a medida deixa o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sem capacidade de honrar os acordos feitos para bancar sua reeleição ao comando da Casa. Além disso, empurra para Lula o ônus de manter o esquema do toma lá, dá cá que condenou na campanha e liberar as verbas a partir de janeiro de 2023, se não quiser azedar sua relação com o Legislativo.

A canetada de Bolsonaro ocorre um dia depois de o PT se aproximar de Lira, anunciando apoio à sua recondução à presidência da Câmara. Os petistas também devem apoiar a reeleição de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ao comando do Senado. Os dois foram eleitos com o aval de Bolsonaro e operam a distribuição do orçamento secreto.

Revelado pelo **Estadão**, o esquema foi criado pelo presidente e repassou ao relator do Orçamento a decisão sobre qual deputado ou senador poderia decidir o que fazer com recursos do caixa federal. Até mesmo pessoas sem mandato foram contempladas.

O relator é indicado pelos presidentes da Câmara e do Senado, que põem na mão de três políticos a operação do dinheiro público. Dessa forma, só recebe quem votar de acordo com eles. Nos últimos anos, recursos foram distribuídos sem critérios técnicos e abasteceram prefeituras de aliados que compraram de tratores a caminhões de lixo, sem necessidade e a preços superfaturados.

Dos R$ 16,5 bilhões reservados para o orçamento secreto neste ano, R$ 7,8 bilhões foram bloqueados pelo governo. Líderes do Congresso agiam para destravar os recursos e pressionavam o Planalto, mas foram pegos de surpresa por dois atos assinados ontem por Bolsonaro, aos quais o **Estadão** teve acesso.

Bolsonaro

"Inventaram que eu tenho um orçamento secreto agora. Tenho um reservatório de leite condensado, 3 milhões de latas. Eles não têm o que falar. Como um orçamento foi aprovado, discutido por meses e agora apareceu R$ 3 bilhões? Só os canalhas do Estado de S. Paulo para escrever isso aí"
11/05/2021
Conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada

"Pelo amor de Deus, para com isso. Orçamento secreto é uma decisão do Legislativo que eu vetei, depois derrubaram o veto. Quem recuou do veto? Ah, eu desvetei? Desconheço desvetar"
10/10/2022
Ao ser questionado pelo Estadão sobre ter recuado do veto ao orçamento secreto

"Eu não tenho nada a ver com esse orçamento secreto"
16/10/2022
Durante debate contra Lula na TV Band

Lula

"O orçamento secreto é a maior bandidagem feita em 200 anos de República"
09/07/2022
Durante ato em Diadema (SP)

"O (orçamento secreto) não é uma moeda de troca, é usurpação do poder. Acabou o presidencialismo. O Bolsonaro parece o bobo da corte, ele não coordena o orçamento"
25/08/2022
Em entrevista ao *Jornal Nacional*, da Rede Globo

"Se a gente não acabar com o orçamento secreto, será muito difícil eu e o Alckmin fazermos o que nós precisamos fazer"
02/07/2022
Durante ato político, em Salvador (BA)

"Fizeram um tremendo carnaval com o mensalão e, hoje, estão aprovando o orçamento secreto, que é a maior excrescência política orçamentária do País"
29/07/2022
Ao discursar na UnB

Justificativa
Bolsonaro suspendeu o orçamento secreto com o argumento de que faltam recursos para outras áreas

O presidente mandou suspender o pagamento do orçamento secreto no mesmo dia em que Lula se reuniu com Lira e com Pacheco, separadamente (*mais informações na pág. B2*). *Para* tanto, argumentou que faltam recursos para outras áreas, com os sucessivos bloqueios que o governo precisou fazer para cumprir o teto de gastos, regra que atrela o crescimento das despesas à inflação.

MEDIDAS. Bolsonaro assinou duas medidas ontem, para efetivar a decisão. Primeiro, enviou uma proposta ao Congresso para secar a fonte do orçamento secreto ao remanejar as verbas para outras áreas. Depois, editou um decreto autorizando a equipe do governo a fazer os cancelamentos em uma área e acrescentar em outra.

O projeto de lei para tirar os recursos do orçamento secreto e pôr a verba em despesas obrigatórias, entre elas o pagamento do salário de servidores públicos, depende de aprovação do Congresso. O governo não divulgou os valores da movimentação, mas pode acabar com a fonte das emendas.

"Se eles trocarem para despesa primária (*obrigatória*), encerrou, acabou. Aí não tem mais o que discutir, aí não tem nem o que gastar e a expectativa vai toda embora", afirmou ao **Estadão** o relator-geral do Orçamento de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), para quem o Congresso deve engavetar a proposta. "Não tem fundamento nenhum, não sei com quem eles combinaram isso. É completamente estapafúrdio."

A assessoria do presidente da Câmara afirmou que a decisão do governo está relacionada a questões orçamentárias, não à relação dele com o futuro governo. "O Congresso sempre vai manter sua autonomia. Em relação à presidência, sua relação sempre foi e continuará sendo republicana."

Lira tem dito que ficará "independente" em relação ao novo governo, não fazendo oposição nem tendo alinhamento automático ao Palácio do Planalto. Na noite de anteontem, ao chegar para um jantar do PL onde estava Bolsonaro, Lira foi hostilizado por apoiadores do presidente e chamado de "omisso" e "traidor da Pátria".

O Congresso quer agora usar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, apresentada pela equipe de Lula para liberar recursos, com o objetivo de forçar o governo a bancar o orçamento secreto no fechamento do ano. As verbas são tratadas como prioritárias para abastecer as campanhas de Lira e Pacheco.

Além disso, o Centrão articula alterar a PEC para incluir uma regra que torna as emendas secretas impositivas, o que obrigaria o Executivo a pagar.

O controle do orçamento secreto garantiu a Lira apoio para se reeleger ao comando da Câmara no biênio 2023-2024.

Barganha
Emendas garantem a Lira apoio na tentativa de se reeleger presidente da Câmara dos Deputados

A três meses da disputa, ele já conseguiu o apoio de 14 dos 28 partidos com representantes no Congresso, algo inédito.

A defesa da manutenção do orçamento secreto é a principal plataforma de campanha de Lira para seguir no cargo. Nos dois anos de orçamento secreto, o Congresso pôde decidir o destino de R$ 33 bilhões. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 8

Copyright © Clipclap 2025.